



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



A AVALIAÇÃO ESCOLAR DO SÉCULO XXI: E SEUS RESULTADOS DE SEGREGAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Autora: Débora Laise Barroso de Araújo[1]

Co-autora: Joelma Gonçalves Santos Santana[2]

Co-autor: Genivaldo Gonçalves dos Santos Filho[3]

RESUMO

O propósito deste artigo tem como objetivo descrever a avaliação escolar do século XXI: e seus resultados de segregação na contemporaneidade. Neste viés, a pesquisa será desenvolvida através de uma pesquisa bibliográfica com base em leitura de livros de autores pesquisadores do referido tema abordado. Assim, o estudo abordará as funções referentes aos métodos avaliativos, que tem como finalidade de intensificar os progressos e as mazelas relacionados aos instrumentos utilizados para verificar a mensuração dos resultados das escolares contemporâneas. Nesta perspectiva, a proposta da pesquisa mostra-se relevante para acadêmicos e os profissionais de área afins, por apresentar auxílio na compreensão da aquisição do conhecimento no processo avaliativo.

Palavras- chave: Avaliação Escolar. Poder. Contemporaneidade

ABSTRACT

The purpose of this article aims to describe the school evaluation of the XXI century: segregation and results in the contemporaneity. This bias, the survey will be developed through a literature-based reading books by researchers of that issue addressed. Thus, the study will address the functions relating to the evaluation methods, which aims to develop progress and ailments related to instruments used to check the measurement results of the contemporary school. In this perspective, the proposed research shows to be relevant for academics and professionals related area, by presenting aid in the understanding of knowledge acquisition in the evaluation process.

Key words: School Assessment. Power. contemporaneity

Eixo Temático : 11. Educação, Sociedade e Práticas Educativas

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada tem como tema A avaliação escolar do século XXI e seus resultados de segregação na contemporaneidade. Nesse sentido, faz - necessário destacar que a avaliação não deve ser apenas utilizada para atribuir notas e classificação do processo avaliativo.

Segundo Libâneo (1994, p.198) "A prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada sobretudo por reduzir-se a sua função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas". Com isso, os métodos avaliativos estão permeados por procedimentos sistemáticos que tem a função de controlar os resultados alcançados pelos alunos ao longo do processo de ensino / aprendizagem.

A avaliação escolar do século XXI, vem passando por transformações ao longo dos anos, visto que, os professores buscam uma nova postura direcionada ao processo avaliativo, com o propósito de desenvolver a autonomia do educando, contudo, formando indivíduos críticos e emancipados.

O século presente tem exigido novos paradigmas na avaliação escolar, respeitando os fins e objetivos do processo avaliativo, com a valorização dos conhecimentos trazidos pelos alunos do seu cotidiano. O maior objetivo deste trabalho é descrever a avaliação escolar do século XXI e seus resultados de segregação na contemporaneidade. Portanto, na nossa atualidade perceber-se que as escolas estão preocupadas com os mecanismos quantitativos e não dá ênfase ao qualitativo.

Entretanto, é importante a compreensão de que para a constituição desse trabalho foi traçados os seguintes objetivos específicos, na primeira fase compreender a avaliação e as relações de poder, na segunda fase analisar, os novos paradigmas dos resultantes da avaliação escolar contemporânea, por fim, na terceira fase mostrar a influência dos critérios avaliativos no processo da avaliação escolar.

A realização da pesquisa será desenvolvida a partir da abordagem qualitativa, através de uma pesquisa bibliográfica, subsidiada por leitura de livros de autores que vislumbram com o tema abordado, apresentando métodos pedagógicos aplicadas nas avaliações das escolas contemporâneas.

1 AS RELAÇÕES DE PODER NA AVALIAÇÃO

As provas aplicadas no âmbito escolar exercem uma cobrança do conhecimento adquirido pelos alunos. Com Base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, o art. 24 inciso V afirma que: "a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos quantitativos e qualitativos". Portanto, os resultados alcançados ao longo do processo do ensino / aprendizagem, que tem como objetivo ajuda o docente na sua tomada de decisões.

Segundo Foucault (2002, p.154) "O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle, normalizante uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir". Dessa forma, vinculada a uma relação de submissão, o aluno está submetido ao processo do exame escolar, que está voltado para a comprovação dos conhecimentos e habilidades no desenvolvimento das capacidades mentais, com o objetivo de haver uma separação entre os desclassificados e classificados, interpretado pelo êxito ou fracasso escolar.

Ainda conforme Foucault (2002, p.157) "O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede anotações escrita;" Além disso, por meio dos documentos são conduzidas as informações que subsidiam o exame escolar, registrando a concentração dos relatórios que conduzem o educando a ser inserido em um sistema de acervo.

Primeiro, se é verdade que o lugar da efetiva "batalha", ou dos "conflitos", do poder, se dá, precisamente, no conjunto das condições objetivas da existência humana, haveremos de compreender que esta relação (professor- aluno) é permeada pelo desempenho de papéis que fazem circular o poder de tal forma que sua "posse" (ainda que provisória de maior tempo de "posse" do poder) demanda a criação de instrumentos e mecanismos de fortalecimentos de seu desempenho, numa contínua tentativa de congelar a hierarquia de relações. (LIMA, 2002, p. 39)

Convém destacar, que o poder vai passando de “mão em mão”, de forma transitória, não permitindo que apenas um único indivíduo se aproprie dele, conduzindo as pessoas à sistematização das regras que são impostas, na transição da hierarquização. Neste sentido, são muitos os autores que são submetidos a essas relações de poder, havendo uma infinita transferência de confrontos na constituição das estruturas organizacionais. Sendo assim, faz- necessário salientar, que a escolar é um lugar legítimo de aprendizagens, na produção e reconstrução dos conhecimentos mas, sobretudo existe a soberania exercida pelo professor em sala de aula, apresentando o seu conhecimento como “arma” ou “escudo” bloqueando a passagem da aprendizagem significativa, ocasionado uma teia de conflitos.

Segundo Perrenoud (2000, p.21) “A escola tem o poder de fabricar hierarquias a partir de quase nada, em particular quando estende às provas escolares, principalmente às provas padronizadas,”. Assim, perceber-se que é de primordial relevância destacar que as provas escritas têm limitações é utilizada para medir o nível de aprendizagem alcançado pelos educandos.

Para Bourdieu (2007, p. 7-8) “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Neste viés, o poder que é ignorado pelos que o usufruir funciona como um instrumento inconsciente, estando impregnado no sistema educacional.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca é o alvo inerente ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 2007, p. 183)

Dessa forma, o poder não fica centralizado apenas em uma estrutura social mas, especificamente está distribuída em vários dispositivos fazendo com que todos os indivíduos estejam inseridos no mesmo processo. Contudo, é permissível observar que no contexto escolar, são utilizadas práticas ou relações de poderes, sendo que, os atores atuantes no processo da educação escolar: diretor, coordenador, entre outros que afetam a estrutura não somente de relação e poder mas, como também conhecimento e liberdade. Somando assim, a detêm e exercem direitos ocupando lugares e estabelecem supremacia, distanciando-se de relações harmônicas partindo para a temível supremacia de classes fazendo desse poder algo que seja temível pelos indivíduos.

Segundo Libânio (1994. p.198) “O mais comum é tomar a avaliação unicamente como ato de aplicar provas, atribuir notas classificar os alunos. O professor reduz à avaliação a cobrança daquilo que o aluno memorizou”. Nessa realidade, o professor utiliza-se do instrumento da avaliação como uma das formas de controlar o educando, contudo, o que está sendo levado em consideração é apenas o que o aluno consiga relembrar no momento avaliativo, entretanto, são os conteúdos aplicados unificando e estigmatizando o processo de avaliação como uma etapa única e conclusiva para metas e resultados.

Desse modo, a avaliação e as relações de poder caracterizam-se como um instrumento pedagógico, com a função de controlar, punir simbolicamente, coagindo e segregando, tendo como o propósito atribuir notas de classificação e desclassificação aos educandos., limitando o acesso á novos avanços e as novas aquisições de conhecimentos.

2 OS NOVOS PARADIGMAS DOS RESULTANTES DA AVALIAÇÃO ESCOLAR CONTEMPORNEA

A avaliação escolar do século XXI vem enfrentando novos paradigmas, todavia, a escola faz uma leitura incompleta do desempenho dos seus educando “as vezes as notas mais altas pertencem a quem colou, e não a quem mais aprendeu”. Neste viés, cabe ao professor diagnosticar a dimensão do desenvolvimento escolar dos seus alunos, possibilitando informações que facilitem na sua tomada de decisões.

Segundo Tiba (2006, p.116) "Se quisermos medir de fato, o conhecimento do aluno, isto é, quando ele aprendeu, teremos de fazer avaliações por menorizadas e extensas. Não daria tempo de cumprir o extenso conteúdo programático". Diante disso, são muitas as técnicas utilizadas com o objetivo de elaborar e padronizar as provas escolares, ultrapassando o ritual pedagógico, produzidos por normas e padrões, portanto, o educador deve aperfeiçoar as suas provas para que, não sejam vistas como um veredito representado para efetuar a sentença do aluno em busca da comprovação dos resultados, que foram obtidos em decorrência do processo, contudo, se o educando memoriza os conteúdos ele não ampliará um bom aprendizado, entretanto, o foco principal passa a ser motivado pelo o que vai cair no momento da avaliação e não sendo levado em consideração o que se aprendeu ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Ainda de acordo com Tiba (2006, p.120) "Como se tudo isso não bastasse, avaliações por meio de provas prejudicam alunos com habilidades para expressar seu conhecimento de formas distintas". Além do mais, o processo avaliativo parte da pressuposição de encarar complexidade ao ato de adquirir conhecimento visto que, o período de avaliação para muitos alunos tornar-se "a arma do professor é a prova, ele pode usar artifícios nada nobres, desde a extrema rigidez na correção". Assim, a prova causa pavor em muitos alunos, por temer o seu resultado da aprovação e reprovação.

Hoffmann afirma que:

Os educadores são preocupados em eliminar do processo corretivo a subjetividade. Na visão tradicional da avaliação, a classificação do aluno se dá a partir do processo corretivo, ou seja, decorrente da contagem de dias finais aos alunos, classificando-os em aprovados ou reprovados em cada período letivo. Em nome da "justiça da precisão", portanto, buscam os educadores elaborar tarefas que evitem o máximo possível interpretações sobre as respostas dos alunos, evitando a variabilidade de escores decorrente do caráter subjetivo, que levaria o professor a cometer injustiças no momento de tomada de decisão final. (HOFFMANN,2003, p.51)

Vista desta forma, a avaliação escolar tem buscado diferentes padrões no momento da tomada de decisões ultrapassando os paradigmas pedagógicos, na utilização de instrumentos avaliativos com a função de dar respostas aos resultados, classificatórios e desclassificatórios.

Com base em Luckesi (2003, p.13) "Do erro como fonte de castigo ao erro como fonte de virtude". Para tanto, a visão culposa do erro no âmbito escolar é um detector das dificuldades do educando, devendo ser utilizada como um instrumento de orientação, atentando para tudo o que o aluno não conseguiu aprender de maneira significativa, o erro como fonte de virtude possibilitar um aprendizado, desenvolvendo o aluno, em novas possibilidades de conhecimentos, sendo visto de forma construtiva.

Ainda conforme Luckesi (2003, p.24-25) "O castigo é o instrumento gerador do medo, seja ele explícito ou velado hoje não estamos usando mais o castigo físico explícito, porém, estamos utilizando um castigo muito mais sutil o psicológico". Para tanto, a avaliação é feita ao longo do curso ocasionando traumas e doenças psicológicas por meio das ameaças pronunciadas pelos professores, que tem impregnando o seu autoritarismo, fazendo do medo seu principal instrumento disciplinar para exercer o controle sobre os alunos.

De acordo com Veiga (2011, p.103) "a avaliação torna-se operacional, manifestado-se como mecanismo de classificação, dificilmente contribuindo para o avanço, para o crescimento". Pelo exposto, verifica-se, então que a tarefa de avaliar é uma prática pedagógica muito complexa, constituída por regras determinando a ação do professor, contudo, o objetivo da classificação e fazer o diagnóstico se o aluno aprendeu os conteúdos ministrados ao longo do processo de ensino-aprendizagem que direciona o desenvolvimento do aluno.

A função de controle se refere aos meios e à frequência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas. Há controle sistemático e contínuo que ocorre no processo de interação professor-alunos no decorrer das aulas, através de uma variedade de atividades, que permite ao professor observar como os alunos estão conduzindo-se na assimilação de conhecimentos e habilidades e no desenvolvimento das capacidades mentais. Nesse caso, não se deve qualificar os resultados. O controle parcial e final se refere a verificações ou não, caso a escola exija o exame final. (LIBNIO, 1994. p. 197)

Diante dos fatos, a avaliação escolar é utilizada como um recurso com o propósito de controlar os alunos, com a função de classificar e desclassificar causando expectativas a partir das respostas dos resultantes, por isso, a avaliação passa pelo crivo do exame final, submetendo o aluno ao êxito ou ao fracasso escolar.

Assim, os novos paradigmas dos resultantes, estão fortemente relacionados ao viés, dos indicadores qualitativos e quantitativos, subsidiados pelos conteúdos curriculares no fornecimento de dados para interpretação dos resultados finais, que tem causado vários fatores negativos por exemplo competitividade, individualidade, ameaças, controle, sentimento de inferioridade, doenças psicológicas, incapacidade, medo, provas padronizadas entre outros, induzindo o aluno a classificar-se e desclassificar-se.

3 UMA NOVA VISÃO SOBRE A AVALIAÇÃO ESCOLAR

A avaliação esta em todo o processo educativo, além de reconfigurar as práticas docente deve permitir ao aluno o conhecimento acerca de novas aprendizagens. Segundo Rabelo (2003,p.11) a avaliação é indispensável as ações humanas e no processo educativo torna-se primordial. Dessa forma, destaca-se o processo avaliativo como norteador para o docente atribuindo significados a sua prática de ensino e ao educando fortalecendo os aprendizados e ressignificando o ensino.

A avaliação escolar vista como uma das etapas essenciais no ensino vem sendo repensada, as notas que antes era vista como um dos principais veículos de confirmação do conhecimento já esta substituída por um processo contínuo e cumulativo, com Base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, o art. 24 inciso V afirma que verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a. Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo período sobre os de eventuais provas finais. [...].

Nessa perspectiva, modifica a questão de utilizar a avaliação como um instrumento de punição e tortura passando a revê-la através de uma nova proposta de busca e desenvolvimento do educando. Segundo Rabelo (2003, p. 35) "Aprender é um prazer inalienável do ser humano; não da para ser negociado; não pode ter preço. Assim, avaliação com prova e nota não deve ser um único viés pelo qual o educador obtenha conhecimento acerca do desenvolvimento do seu aluno, pelo contrário somado à outras ferramentas de avaliação a qualidade das aprendizagens serão imprescindíveis para os alunos e professores.

Conforme Rabelo (2003, p. 35) as ferramentas utilizadas para avaliar devem ser repensada para que não venha contribuir para o não aprendizado do educando. Já, que quando não tem significação para o educando e nem reflexão pelo educador, apenas atenderá e voltar-se-á para uma etapa obrigatória e sistemática do ensino que é a avaliação sem critérios e finalidades para as novas aprendizagens. Com isso Haydt (1992, p. 9) afirma que existe a necessidade de analisar e julgar o conhecimento, com isso a avaliação tornar-se um instrumento fundamental, proporcionando ao educador a capacidade de análise sobre seus alunos diante as dificuldades manifestadas no processo educativo. Com isso, é de suma importância para orientar o caminho dos educando.

Segundo Libâneo (1994, p. 198) a avaliação vem sendo criticada por atribuir em sua prática um controle de poder e classificação que apenas se volta para as notas que são resultantes das provas. Com isso, as particularidades do educando não são inseridas nesse processo, já que, de fato as suas relações sócias e o seu convívio familiar perpassa a esfera escolar, com isso, um aprendiz sem significação para o aluno não remeterá bons resultados no ensino/ aprendizagem.

Observa-se que as notas serve para a submissão, que segundo Hoffman (2003, p. 22) esse sistema de segurança de notas controla e submete os alunos aos "quereres" dos educadores por meio de ameaças psicológicas. Porém, não é possível identificar as aprendizagens que os discentes construíram no processo de ensino, a nota faz com que o aluno esqueça o verdadeiro sentido da avaliação, que é remeter ao aluno seus avanços e ao professor a reavaliação de suas práticas. Portanto, surge a necessidade de não classificar mais o aluno por meio de notas: máximas ou mínimas, ótimo ou ruim, mas considerar o contexto social do discente e não apenas considerar os aspectos padrões e formais que permeiam as instituições de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o processo avaliativo, passou por muitas mudanças significativas ao longo dos anos. No século XXI inicia-se uma tentativa de ressignificar esse processo e repensar as práticas que envolvam os educandos, sem padronizar ou segregar. No entanto, percebe-se que as práticas que antes permeavam esse processo ainda dispõem resquícios de segregação e controle na sociedade vigente.

Os modelos avaliativos tradicionais visavam apenas à memorização, a repetição, sem que o aluno buscasse a compreensão e a significação desses conhecimentos em seu convívio social. Com isso, o teste que se aplicava voltava-se apenas para atribuição de notas, que por sua vez modificavam as relações professor/aluno, aluno/aluno, pois a partir do momento em que esse aluno não tirasse boas notas, seria excluído pelo próprio sistema de ensino.

Portanto, as características deixadas pelo sistema avaliativo dos teste e exames, ainda estão presentes na contemporaneidade, pois foi uma "semente" plantada nas instituições de ensino e hoje é trabalhada para que modifique o cenário de exclusão e individualidade, partindo da inclusão para a coletividade. Desta forma, busca entender o processo avaliativo como contínuo , processual, onde o principal integrante desse processo é o aluno com a orientação do educador na sua formação e construção autônoma.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. LDB. Lei 9394/96- Lei de Diretrizes da Educação Nacional. De 20 de dezembro de 1996.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder: organização, introdução e revisão de Roberto Machado 24 ed. Graal: Rio de Janeiro, 2007.

_____, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré- escola à universidade. 20 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIMA, Adriana de Oliveira: Avaliação escolar: julgamento x construção 8 ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2002.

LIBNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RABELO,Edmar Henrique. Avaliação: novos tempos, novas práticas.6.ed. Petrópolis: Vozes,2003.

TIBA, Içami. Ensinar aprendendo: novos paradigmas na educação. 29 ed. São Paulo: Integrare, 2006.

VEIGA, Ima Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de Didática. 13 ed . Campinas: Papirus, 2011.

[1] Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade São Luis de França. E-mail: laiselua@hotmail.com.

[2] Graduada em Pedagogia e Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luis de França. E-mail: joelma1979@bol.com.br.

[3] Graduado Pedagogia e Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França. E-mail: profgenivaldofilho@gmail.com.